

DA ANÁLISE DE CONTEXTOS MATERIAIS

por

Jorge Freitas Branco*

1. CONTORNOS DA PROBLEMÁTICA

A designação cultura material permanece muitas vezes ainda associada a determinadas questões de etnografia conotadas com fases ultrapassadas da Antropologia.

A ideia de que tais preocupações se inserem no contexto histórico do desenvolvimento do discurso antropológico perdura, tornando-se por isso pouco frequentes as aproximações teóricas que, recuperando o passado, procedam à elaboração e à consolidação de linhas de pesquisa diferentes.

Para este estado de coisas contribui o labirinto de conceitos, denominações e de categorias atribuídas às correntes etnológicas que se servem ou se apoiam na cultura material. Tanto somos confrontados com os aspectos materiais da cultura, como com as bases materiais dos sistemas sociais, ou ainda com a materialidade dos factos sociais ou dos fenómenos ligados à cultura. O panorama pode induzir a maior confusão, na medida em que a cultura material pode ser abordada num âmbito de análise mais amplo. Assim ela transforma-se em parte constituinte e essencial no estudo dos sistemas económicos, reflectindo o quadro dos recursos naturais de que dispõe um grupo social para gerir. Outras linhas de pesquisa apoiam-se nos elementos materiais da cultura para interpretar sistemas complexos de tecnologias, chegando-se nesses casos a defender uma etnologia das técnicas ou uma tecnologia cultural.

Este mosaico não é exaustivo, mas atesta a título exemplificativo, a diversidade terminológica que rodeia a cultura material. Ele traduz, quanto muito, algumas facetas importantes do percurso epistemológico da Antropologia, testemunha vários dos desafios enfrentados por esta disciplina e, como resultado dos pontos anteriores, revela os posicionamentos adoptados perante problemas concretos de pesquisa.

* ISCTE, Lisboa.

IICT/Museu de Etnologia, Lisboa.

Mesmo assim seria incorrecto falar de uso e abuso no emprego das categorias destinadas a abranger o âmbito tradicional da cultura material. Será mais justo reconhecer o papel relevante desempenhado por esta especialidade, graças ao enorme quantitativo de informação recolhida, tratada e interpretada pelas diferentes correntes antropológicas. A heterogeneidade na nomenclatura resulta da importância da matéria, uma vez que outros ramos do conhecimento instituído recorrem igualmente a este tipo de materiais (Arqueologia, Pré-história, História da Arte, História das Técnicas, História Rural, Geografia Humana, etc.). Deste modo o labirinto acima referido é talvez mais aparente do que real. Comprova a essência transdisciplinar dos estudos dedicados aos elementos ou vestígios da cultura material. O desafio global que se proporcionou, e continua a proporcionar, consiste em propôr leituras coerentes a organizar através dos artefactos.

2. ALGUNS CONTEXTOS DE PESQUISA NA ETNOGRAFIA EUROPEIA.

2.1. O equipamento material como especialidade

O estudo da cultura material no terreno europeu alcançou incremento notável apoiando-se numa série de projectos desenvolvidos sobretudo no após-guerra e até à década de 60. Embora o leque dos temas escolhidos e sujeitos a tratamento fosse amplo, alguns tópicos mereceram a atenção preferencial dos etnólogos nos diversos países. Uma vez que se organizaram no âmbito supra-nacional, os resultados obtidos tornar-se-fam relevantes no plano teórico e metodológico, constituindo uma base suficientemente sólida para algumas generalizações conclusivas a nível continental.

Os instrumentos aratórios foram uma das áreas predilectas para a investigação. Na senda do estudo pioneiro de Paul Leser (1931), no qual a preocupação difusionista levou o autor a empreender uma vasta e arrojada sistematização do material secundário então disponível, os etnólogos europeístas procederam a partir dos anos 50 a levantamentos à escala nacional ou regional para esta alfaia agrícola. O seu objectivo era conseguir através da menor dimensão da unidade de análise escolhida, aprofundar a recolha a todos os níveis, evitando por outro lado conclusões demasiado globais. Entre estes trabalhos destaca-se a monografia de A. J. Dias (1948), à qual se seguiram outras similares para diversas áreas da Europa continental, incluindo as regiões aparentemente periféricas, como a Finlândia (Vilkuna 1971).

As investigações sobre os arados não se confinaram ao espaço geográfico mencionado. Alguns autores, inspirados nesta acumulação de conhecimentos, mantiveram e exploraram mesmo possibilidades da comparação mais geral, ou seja, a abordagem comparativa à escala mundial (Haudricourt & Delamarre

1955). Uns e outros pouco divergiam no método seguido para alcançar uma meta também análoga: estabelecer a distribuição do implemento, elaborar uma tipologia adequada e finalmente propôr uma classificação morfológica. Em torno deste último passo surgiriam interpretações polémicas, porque enquanto uns concediam maior atenção aos critérios formais, outros preferiam agrupar segundo aspectos de funcionalidade. Estes níveis de tratamento dos materiais e a sua análise constituíram um arranque para reflexões interpretativas e tendentes a reconstruir a difusão ou mesmo o(s) foco(s) de origem mais prováveis. A produção científica inspirada nos instrumentos aratórios conta-se entre a de maior relevo dentro das monografias de alfaias. A sua influência e o conjunto dos conhecimentos disponíveis a nível internacional é tal, que prosseguem ainda hoje pesquisas, nomeadamente em contextos fora da Europa, como por exemplo, na África (Seignobos & Peltre-Wurtz 1984).

O pastoreio tem sido outro assunto onde o interesse perdura, sobretudo na Europa central.

Certamente que trabalhos de fundo, como o de Jacobeit (1961) ou de Mariel J. B. Delamarre (1971) foram marcos importantes para situar a questão e impulsionar os conhecimentos sobre esta faceta frequentemente oculta do mundo rural europeu. Enquanto o primeiro autor aborda os pastores, como grupo social, reconstruindo o seu quotidiano em épocas passadas, graças à exploração de arquivos, apresentando o labor, o ritmo de vida, os apetrechos de trabalho — a cultura —, numa vertente de análise incidindo nas transformações históricas vistas à luz das alterações verificadas nas condições de vida dum grupo rural, por vezes oposto e em litígio com o campesinato. No segundo dos trabalhos mencionados, a autora centra a sua atenção em regiões francesas, proporcionando os seus dados uma boa base de comparação com a investigação de W. Jacobeit. Recentemente esta etnóloga publicaria mais material sobre este tema (Delamarre 1985), alargando o campo de investigação ao resto do mundo e colocando o enfoque comparativo a uma escala mais ampla, já patente no estudo sobre os instrumentos aratórios, de que é co-autora.

Em torno do interesse suscitado pelo pastoreio é possível estabelecer uma diferenciação idêntica à verificada em relação aos arados; enquanto alguns trabalhos se concentram na recolha detalhada do equipamento material, outros procedem ao seu levantamento no propósito de melhor fazer transparecer a dinâmica cultural nas suas implicações com as relações sociais e com os respectivos contextos históricos. O cuidado de definir Etnologia Europeia como uma prática científica orientada predominantemente para a descoberta do modo de vida das camadas populares pré-industriais, transformando-as assim em protagonistas da história, prevalece na escola escandinava, da qual há que citar uma obra importante (Szabó 1970).

O eco destas pesquisas na Península Ibérica tem sido reduzido, se nos quisermos ater à produção etnológica no sentido estrito do termo.

Neste domínio falta um estudo de referência e esta lacuna não poderá ser explicada invocando razões de ordem histórico-geográfica. A condição mediterrânica não parece constituir barreira intransponível para que o investigador não encontre materiais susceptíveis de tratamento desta temática. Prova-o um estudo recentemente publicado sobre a Córsega (Ravis-Giordani 1985).

A pesca era até à pouco tempo um aspecto da vida rural da Europa continental menos privilegiado na pesquisa. Talvez por o pescador confinar a sua presença a locais bem definidos e por estar dependente de garantia de escoamento das capturas, não deverá constituir surpresa verificar que as mais completas monografias contendo cuidadosa recolha do equipamento material, tenham sido redigidas sobre o norte europeu, nomeadamente a Escandinávia (Vilkuna 1975). Não deixa no entanto de ser interessante constatar como as questões ligadas aos pescadores e às actividades marítimas afins, salientando os moldes de processamento da faina e a especificidade das respectivas manifestações culturais, têm motivado etnólogos europeístas a trabalhar fora da Europa, em países culturalmente a ela próximos, como o Canadá (Beaucage 1968; Geistdoerfer 1986; et al).

A diversidade da cultura material europeia traduz situações e contextos múltiplos, o que justifica a heterogeneidade da formação dos autores interessados no enfoque etnográfico: geógrafos, historiadores, folcloristas, filólogos. Na esfera das actividades do mundo camponês, a moagem de cereais tem sido objecto de inúmeras investigações, cuja oportunidade coincide com o avanço da industrialização da região em causa. Assim, é compreensível, que as técnicas tradicionais de farinhação tenham despertado a curiosidade dos investigadores da Europa do norte e central já em princípios do século, enquanto o material de estudo no terreno permanecia quase intacto nos países da orla mediterrânica. É a propósito da moagem a vento que a Etnologia iria estabelecer uma caracterização (possível) entre o norte e o sul do continente, confrontando alguns pormenores técnicos dos engenhos. O recurso à energia eólica estendeu-se a muitas paisagens europeias, sendo exclusivo de algumas zonas meridionais a implantação de velame triangular nos moínhos. Neste sentido o levantamento realizado em Portugal (Oliveira, Galhano & Pereira 1983) é bastante representativo, pois embora feito à escala nacional, ultrapassa em profundidade e pormenor sínteses anteriores (Notebaart 1972; et al.).

2.2. Equipamento material, cultura e sociedade

Outras abordagens inscreveram-se menos num propósito imediato de reunir dados para a análise e interpretação comparadas de cultura material. Debruçaram-se sobre os aspectos do equipamento, mas no âmbito de projectos de investigação a longo prazo e tendo a aproximação à comunidade camponesa

por principal finalidade.

Entre os resultados mais interessantes figura a chamada trilogia húngara. Trata-se de um demorado estudo levado a cabo na aldeia de Átány, onde dois etnólogos recolheram materiais durante aproximadamente duas décadas. A primeira grande publicação incide na dimensão histórica local desta comunidade de camponeses protestantes num país tradicionalmente católico (Fél & Hofer 1969). Através da compilação de relatos orais cruzados e complementados com outra documentação escrita, os autores reconstituem as instituições da vida tradicional, proporcionando um enquadramento para a reflexão antropológica em torno do conceito de campesinato. Conduzem a sua argumentação de forma a salientar a necessidade de olhar os grupos sociais rurais na dinâmica ao longo da História, ajustando-se e transformando-se de acordo com factores de mudança inseridos num plano mais amplo. Tal processo dá origem a alterações nas relações de propriedade e na organização da produção agrícola.

O segundo estudo publicado (Fél & Hofer 1972) é uma extensa monografia sobre o presente vivido pelos autores durante as suas permanências na aldeia ao longo da vigência do projecto.

A ideia central assenta na aplicação do método da descrição etnográfica para apresentar os parâmetros em que se move o quotidiano de Átány. No entanto, afastam-se das linhas mestras até então seguidas nos estudos de comunidade empreendidos pela Etnologia Europeia, nomeadamente a praticada na Europa central. Nestes, a temática de fundo assentava no conceito de cultura, perspectivado pela difusão dos elementos formativos da identidade étnica ou nacional. Edit Fél e Tamás Hofer desenvolvem uma linha de pesquisa partindo da hipótese que lhes pareceu mais pertinente e característica na vida da aldeia. Embora a comunidade estivesse desde há muito ligada ao sistema económico nacional, os seus habitantes orientavam-se, em termos ideais, por um comportamento moldado na ética da autosuficiência, apoiada no elemento religioso. Aos investigadores interessou não tanto mostrar como a população ostentaria essa conduta publicamente assumida, mas antes se se verificava o confronto com o imperativo da tomada de decisões, a fim de superar situações concretas e encontrar as soluções.

A monografia é um contributo para a análise da mentalidade camponesa no que respeita a gestão económica e doméstica. Entenda-se por tal, a dinâmica social em que o conceito estático de campesinato deixa de ter cabimento e onde a comunidade só existe em articulação com a sociedade envolvente. Esboça-se deste modo uma perspectiva e um quadro analítico, nos quais a organização da actividade produtiva aparece incorporada numa racionalidade própria, mas não obrigatoriamente em constante antagonismo com o exterior; o quotidiano camponês desenrola-se num processo de reajustamento interno, reflectindo e respondendo aos desafios vindos de dentro ou de fora.

O último volume da trilogia é dedicado ao tratamento monográfico do equipamento material dos camponeses de Átány (Fél & Hofer 1974). Após a recuperação da dimensão histórica local, a observação e interpretação do Quadro ideal estruturador das normas de gestão dos recursos os autores voltam-se para a cultura material. Propondo uma abordagem diferente, apesar de todo o projecto ter sido realizado para o Museu Etnográfico de Budápeste, o conjunto das alfaias agrícolas é descrito em pormenor (carro rural, instrumentos aratórios, instrumentos de destorrear a terra, a enxada, a gadanha, o forçado, o mangual, as pás, etc.), estando ausente qualquer índole de classificação comparada. Assumem o ponto de vista dos utentes e traçam os parâmetros de aplicação dos recursos materiais disponíveis. As sínteses monográficas elaboradas para os diversos apetrechos traduzem e refletem uma aproximação baseada no conceito de personalidade cultural, por meio do qual os múltiplos artefactos são integrados no contexto da vida aldeã (Fél & Hofer 1974: 32-47). Esta operacionalização permite englobar os implementos num sistema mais vasto e complexo por meio do qual uma sociedade produz modos de apropriação da Natureza.

A trilogia húngara pode ser vista hoje como uma viragem no seio da Etnologia Europeia, pela abertura feita ao encontro de algumas perspectivas da Antropologia Cultural de inspiração norte-americana. A particularidade deste projecto de grande folêgo reside no aproveitamento do contexto social e político concreto, vivido na agricultura húngara nas décadas do após-guerra (colectivização, formação dirigida de cooperativas e outras medidas estatais para a planificação do sector agrícola).

Também na Europa ocidental foram desenvolvidas e experimentadas aproximações com incidência etnológica, cujos resultados revelam uma considerável mobilização de recursos científicos.

Em França, o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) promoveu e patrocinou na década de 60 um projecto interdisciplinar centrado numa área de montanha. Foi seleccionada a região do interior, conhecida por L'Aubrac, onde uma equipa flexível de especialistas contando ao todo cerca de quatro dezenas de investigadores, se debruçou sobre o terreno em fases sucessivas previamente coordenadas, reunindo os dados necessários ao preenchimento dos inquéritos.

As montanhas do Aubrac situam-se entre a França central e meridional e, administrativamente, penetram por três departamentos: Cantal, Aveyron e Lozère. Do ponto de vista geográfico, a paisagem caracteriza-se pela sua constituição vulcânica e pelo ambiente agreste, consequência da altitude. A zona delimitada para o projecto integrava um conjunto apreciável de aldeias agro-pastoris, que abrangiam prados, pastagem e montes, localizados em redor da cota dos mil metros. Os habitantes haviam-se especializado na criação de gado bovino abandonando cada vez mais o amanho da terra. A estrutura da pro-

priedade não era uniforme. A área serrana de L'Aubrac submetida a inquérito dá conta da existência de pequenas, médias e grandes explorações. O regime agro-pastoril praticado conciliava numa alternância sazonal a semi-estabulação com a estivagem.

Em termos da definição do projecto, e embora a orientação global traduzisse uma vinculação à vertente etnológica, a concretização far-se-ia através do levantamento exaustivo de dados, nomeadamente em domínios como a agronomia, a zootecnia, silvicultura, a pedologia — sectores entregues a especialistas nas respectivas matérias. O conjunto das recolhas etnográficas previstas foi distribuída a etnólogos, de acordo com a maior sensibilidade de cada um para uma leitura determinada: tradição oral, sistema económico, instituições sociais, tecnologias próprias do modo de vida ganadeiro e as relações com a preparação dos respectivos derivados.

A perspectiva que orientou a pesquisa atribuía grande peso à profundidade histórica — associando História Agrária à problemática da comunidade rural —, como de igual forma à apropriação do espaço encarada como prática social. Constituem exemplos interessantes os estudos sobre aspectos específicos do equipamento (mobiliário) doméstico (Tardieu 1972), ou das técnicas e utensilagem agrícolas (Delamarre 1982). Relativamente a este último ponto, é importante sublinhar a metodologia adoptada para descrever, posicionar e enquadrar as alfaias. A autora procede a uma leitura tendente a fazer subressair processos encadeados, em que as operações sucessivas devem ser vistas como sequências completas. Esta forma de operacionalizar a análise destina-se a realçar o contexto interno em que se desenvolve a actividade produtiva, surgindo assim o emprego das alfaias como uma acção lógica no desenrolar dos processos de trabalho.

O grupo de pesquisa de L'Aubrac conseguiu reunir e tratar um quantitativo notável de informação sobre uma região — recorrendo para tal a uma grelha diferenciada, com vista à elaboração de breves monografias sobre várias aldeias. Caracterizando-se elas também, no seu todo, pela atraso económico e pelo nível de vida baixo para a média rural francesa, estas paisagens serranas foram no fundo submetidas a um diagnóstico regional. Pretendeu-se compreender e avaliar os parâmetros de uma zona agro-pastoril, onde as transformações internas conduziam ao declínio e à fuga da população jovem para os grandes centros urbanos. No aspecto que mais nos interessa — o da chamada cultura material —, transparece nos trabalhos publicados pelos especialistas deste domínio um forte pendor para a recolha, encarada como salvaguarda de um património em vias de extinção, só possível de ser tratado através das estruturas de um museu.

Embora as conclusões finais deste projecto apontem para propostas concretas da política regional, no âmbito científico têm-lhe sido feitos alguns reparos pela omissão de facetas da realidade inevitavelmente pouco contem-

pladas, ou mesmo ausentes, nesta campanha de pesquisas (Cuisinier & Segalen 1986: 81).

No intuito de contrabalançar as referidas lacunas, foi organizado um outro programa de pesquisa, concretizado por quatro etnólogas, que se ocuparam de uma área rural destituída de características ditas tradicionais, leia-se atraso económico, presentes na região serrana do centro da França.

O projecto elaborado em torno de Minot (cf. Pinguad 1978; et al.) afastou-se metodologicamente tanto do de Aubrac, que permite entrever não só a diversidade das abordagens possíveis na Etnologia, como de igual modo, a pluridade dos modos de encaminhar o olhar sobre a realidade. A leitura da monografia de M.-C. Pinguad dedicada aos camponeses de Minot, transporta-nos para uma pequena aldeia de 350 habitantes na década de 60, situada na Borgonha, a poucas dezenas de quilómetros da cidade de Dijon. A população ocupava-se na produção de cereais e na criação de gado, disfrutando de uma situação económica próspera, dada a proximidade dum grande centro urbano capaz de garantir o escoamento dos produtos.

A monografia desvenda-nos um contexto camponês, onde o eixo da investigação não assenta, nem pode sequer inspirar-se, numa abordagem preocupada em explorar e contextualizar o arcaico. A temática centra-se no estudo da vida social, no tempo e no espaço, como dimensões estruturantes da sociedade camponesa. Ficamos a conhecer o evoluir do regime agrário, as suas implicações na rede de relações sociais, postas a nú por meio das genealogias, o quadro agrícola em que se produzem bens.

Se confrontarmos os dois projectos de pesquisa programada, verificaremos em primeiro lugar a ausência em Minot da cultura material, elemento em grande evidência nos resultados do Aubrac. Esta diferença não resulta única e exclusivamente da caracterização moderno/arcaico, industrial/tradicional, urbano/rural, mercado/auto-suficiência. Estamos perante os contornos de um problema bastante mais vasto. Desde já se torna pertinente afirmar que as temáticas de fundo, as hipóteses básicas, os conceitos e a arrumação de vertentes preferenciais de pesquisa, devem ser relativizadas, se refletirmos sobre a sua incidência em fases determinadas do evoluir do discurso antropológico. Ainda em torno das duas grandes experiências francesas discutidas, verifica-se como as publicações sobre a região do Aubrac constituem estudos sectoriais aprofundados, mas no final de contas, paralelos, transparecendo a sensação de que o método aplicado não permitiu architectar um fio condutor verdadeiramente envolvente e aglutinador, a não ser a coincidência do espaço físico seleccionado. Se, nesta óptica, tentarmos uma avaliação do conjunto dos resultados das etnólogas de Minot (cf. Verdier 1983; Zonabend 1980; et al.), sobressai de imediato a variedade dos aspectos abordados, mas conjugados pela homogeneidade da perspectivação etnológica que unia as autoras.

2.3. Cultura material: sínteses comparadas

A determinadas questões foi concedida atenção especial em certos períodos. Um desses exemplos são as compilações etnográficas, muitas delas publicadas nos anos 60.

Os aspectos relacionados com a cultura material associada aos processos técnicos detêm papel de relevo nestas obras. Embora algumas não se restrinjam ao espaço europeu continental, não deixam por isso de constituir marcos fundamentais na produção etnológica europeísta.

A fim de não extravasar o âmbito que me proponho discutir, passo a uma enumeração sumária, contudo necessária, para não omitir empreendimentos de edição científica que traduzem esforços coordenados de comparação e de síntese da pesquisa no plano internacional.

A domesticação de animais, como o boi e o cavalo, o seu treino para servir na lavoura e no transporte, constitui um tema amplo no contexto euro-asiático. Sobre os sistemas de atrelagem — um dos pontos fulcrais da questão — dispomos dos resultados de estudos levados a cabo em diversos países europeus (Jacobeit & Kramarik 1969). No entanto a relação do Homem com os animais permanece decisiva na actualidade, daí muitas disciplinas científicas contribuírem para o aprofundamento do conhecimento do nomadismo, da transumância e da estivagem. Aos aspectos ligados à criação de gado, aos sistemas económicos em que assenta, e ainda o peso cultural que irradia, tanto na Europa de tempos passados, como na Ásia e na África do norte do presente, foram dedicadas várias compilações, destacando-se uma organizada por L. Foeldes (1969).

A complexa situação histórica e etnográfica prevalecente no sudeste europeu, onde diversas religiões, línguas e culturas se têm sucedido, continua a proporcionar campo fértil para trabalhos de cariz comparativo. Neste âmbito é elucidativa a síntese preliminar dedicada aos sistemas de cultivo de cereais (Bálassa 1972).

Tendo o espaço europeu por limite, outra publicação sublinha a diversidade nos modos de deslocar cargas, contribuindo para situar um aspecto de que se revestem as técnicas de utilização do corpo humano e as posturas culturalmente adquiridas para o manejo de veículos ou de outros expedientes afins (Fenton, Podolák & Rasmussen 1973).

Recentemente veio a lume uma série de trabalhos da mais variada origem, dedicados à pesca através do mundo. Ao longo dos dois volumes, o responsável editorial apresenta estudos inéditos centrados numa perspectiva etnológica, de ecologia cultural ou folclorística (Gunda 1984). Pesca de litoral, de alto mar, fluvial, em lagos, cobrindo comunidades que a esta actividade se entregam em exclusividade, sazonal ou esporadicamente, eis a multiplicidade dos casos apresentados. Os contextos etnográficos representados na obra remetem para vários continentes, conforme o próprio título anuncia.

Organizado e realizado por investigadores franceses, dispomos de uma actualizada recolha transcultural sobre técnicas de conservação de cereais (Gast & Sigaut 1979; 1981; Gast, Sigaut & Beutler 1985). O enfoque circunscrito do tema, a sua importância na articulação das trocas entre sociedades camponesas e o exterior, a riqueza dos espólios documentais, a acumulação da informação etnográfica disponível, transformam esta questão em matéria fundamental para reflexão, num mundo actualmente repartido entre países produtores de excedentes alimentares e uma maioria da população do planeta deles dependente.

2.4. A Península Ibérica: um reduto etnográfico?

Desde há muito que a Península Ibérica tem despertado interesse para a recolha e o estudo da cultura material. Importantes trabalhos foram elaborados tanto por nacionais, como por estrangeiros, o que desde já evidencia o carácter de persistência de modos de vida ditos tradicionais neste extremo da Europa ocidental. Se numa primeira fase coincidente com a viragem do século se nota um incremento pós-romântico tendente a preservar as tradições e artes populares nos seus aspectos mais ameaçados pelo avanço do progresso material, simultaneamente desenvolveu-se através da linguística uma vertente de recolha e sistematização dos dados colhidos no campo, a escola das Coisas e Palavras. A etnografia converte-se num suporte para investigações dialectais com objectivos de índole histórico-cultural. Para a linha de discussão que mais directamente interessa nesta comunicação, o legado existente, em termos de análise das expressões materiais da cultura, remonta em Portugal e em Espanha à década de 50.

No caso português desenvolve-se no ex-Centro de Estudos de Etnologia Peninsular — onde se agrupavam alguns investigadores inicialmente em torno de A. J. Dias (1907-1973) — uma linha de pesquisa virada para a elaboração do Atlas Etnológico de Portugal, cuja base seria o estudo intensivo à escala de sectores seleccionados das tecnologias tradicionais, nomeadamente as ligadas à agricultura (cf. Branco 1986: 90-92). As várias Cartas de Distribuição das alfaias agrícolas desde então feitas, constituem ainda hoje uma rede de dados básica para repensar e aprofundar a pesquisa neste domínio, na medida em que o seu rigor e qualidade se convertem em estímulo para reformular vertentes de investigação naquilo que vários autores não hesitam em designar etnologia ou antropologia das técnicas.

Do ponto de vista do conteúdo, esta obra de grande envergadura assenta numa aproximação histórico-cultural, em sintonia com a Etnologia Europeia predominante até aos anos 70. No âmbito deste enfoque, muitas vezes mal apelidado de difusionista, os principais conceitos operatórios giram em torno de questões de índole comparativa, como a origem e a difusão, a distribuição

geográfica, as relações entre o Homem e o meio natural (cf. Branco 1986a).

Se os problemas decorrentes do enquadramento material da vida camponesa em Portugal constituíram o eixo de trabalho desenvolvido por este grupo de investigadores, outros domínios não deixaram de ser abordados, como por exemplo a cestaria (Galhano 1961-62). Verifica-se contudo, ter existido uma prioridade concedida às técnicas de produção agrícola, em detrimento de outras actividades. O estudo de sistematização mais ampla da cestaria foi feito tendo toda a Península em vista (Kuoni 1981), e Portugal é incluído a título de complemento, na base de compilação da bibliografia dispersa anteriormente publicada.

A olaria não tem despertado grande entusiasmo junto dos etnólogos trabalhando o terreno português. Para além de uma monografia regional de grande qualidade (Parvaux 1968), a situação e o nível de conhecimentos adquiridos não tem comparação com o que prevalece no país vizinho.

A partir da segunda metade deste século surgiria em Espanha um discurso etnográfico de inspiração histórico-cultural, quase exclusivamente associado à figura de Julio Caro Baroja. Em moldes bastante parecidos ao que se passava entre nós, este etnólogo espanhol trabalhou em profundidade aquilo que designou tecnologia comparada. Os resultados foram publicados em revistas, vindo posteriormente a ser reunidos numa obra (Caro Baroja 1983). É notório o paralelismo dos temas abordados, se confrontados com as pesquisas então levadas a cabo em Portugal: *Disertación sobre los molinos de viento* (1952). *Cinueñales y otros ingenios para elevar agua* (1950), *Los arados españoles. Sus tipos y repartición* (1949).

Embora o interesse pelo estudo da cultura material não se tenha circunscrito a este autor, outra coincidência peninsular ocorreu no plano programático das pesquisas nesta área. Enquanto Caro Baroja se liberta do Museo del Pueblo Español (Madrid), a fim de prosseguir a sua linha de trabalho, o grupo à volta de A. J. Dias consegue encaminhar os resultados das recolhas feitas no Continente, nos Açores e na Madeira para uma estrutura, da qual surgiria mais tarde o Museu de Etnologia (Lisboa).

3. OUTRAS ETNOGRAFIAS: DO DESVIO APARENTE AO ESTÍMULO

O apanhado anterior proporcionou uma panorâmica sucinta das abordagens etnológicas desenvolvidas em diferentes países, tendo o terreno europeu por área geográfica comum. Reconhece-se como as temáticas foram em inúmeros casos estudadas na base dos limites nacionais, procedendo-se em seguida ao tratamento comparativo. Esta forma de actuar resulta de um esforço destinado a conseguir coordenar o trabalho científico para além das fronteiras entre as nações europeias. Se, por um lado, o discurso antropológico europeísta se encaminhava para uma globalização, a situação nas etnografias chamadas

exóticas era diferente.

Os resultados alcançados no plano da teoria podem ser avaliados por fases determinadas, mas também por correntes do pensamento etnológico. Ao predomínio inicial das abordagens histórico-culturais, epistemologicamente mais próximas da Antropologia Cultural norte-americana, segue-se um período em que a Europa continental se abre às propostas de inspiração estruturalista e mesmo da Antropologia Social britânica. No entanto a grande reorientação desencadeada na formulação do objecto de estudo e, conseqüentemente, nas respectivas temáticas de fundo, resultam, em minha opinião, de um conjunto múltiplo de factores perceptíveis a partir da década de 70.

Por essa altura, a produção etnológica europeísta, nomeadamente a oriunda da Europa central, ou a ela ligada por afinidade de método, parecia esgotar-se, entrando numa fase de produtividade auto-sustentada. Mantinha-se o enunciado de, por meio da cartografia dos elementos materiais comuns, ou dos fenómenos de cultura similares, contribuir para o conhecimento do passado das camadas sociais iletradas, por isso detentoras de outra(s) cultura(s), que não a oficial — ou a de unificação política nacional. A necessidade de reflectir criticamente em torno das perspectivas da investigação realizada e da relevância teórica dos enunciados etnológicos dominantes, conduz a um reequacionamento da própria disciplina e do seu papel específico. Cria-se a pouco e pouco um espaço de diálogo com outras ciências, como a História Social, a as Mentalidades ou a Demografia Histórica. No entanto não deverá ser subestimada a influência, mesmo que bastante oculta, de trabalhos recentes contextualizados em etnografias não-europeias. Coincide precisamente com o início da década de 70 a publicação de textos, de que a título exemplificativo escolhi dois, reportando-se um à Melanésia e outro às terras baixas sul-americanas. Qualquer uma das duas áreas constituía então um reduto derradeiro do mundo dito primitivo.

Tratando dados recolhidos junto das populações contactadas só nos anos 50 — os Baruya da Nova Guiné —, M. Godelier (1973) interroga-se sobre a necessidade de reconstituir uma economia neolítica e também as circunstâncias do seu desaparecimento. No final concluí ser diferente a imagem a reter de uma sociedade primitiva. De facto, o seu quotidiano não se reduz única e exclusivamente às actividades destinadas a extrair do meio ambiente o sustento essencial à sobrevivência dos seus membros. Estas, entre outras das primeiras conclusões, reacendiam o debate em torno de concepções de cariz reducionista no domínio técnico-económico. Permitiam entrever e discutir a dinâmica social levando em conta situações concretas de transformação nos parâmetros da cultura material.

Outro etnólogo francês, Jacques Lizot, apoiando-se na informação pessoalmente colectada junto de ameríndios no sul da Venezuela, questiona-se, num artigo publicado inicialmente em 1971 (cf. Lizot 1984: 137-176), sobre a

relação entre desenvolvimento técnico e económico e os sistemas sociais. Contextualizando a etnografia ianomami, este investigador argumenta no sentido de mostrar que o bem-estar dos membros de uma sociedade não depende irremediavelmente da complexificação dos conhecimentos tecnológicos de que dispõe para aplicar, e assim se apropriar da Natureza. Não há dúvida de que esta perspectiva constitui um desafio ao pensamento dominante no Ocidente: serão as relações sociais a determinar as de produção, ou que tipo de relação estabelecem as sociedades (neolíticas ou sem Estado) entre estas esferas? A resposta a questões deste cariz depende do contexto em apreço, para além de reflectir posicionamentos perante as correntes do pensamento antropológico. No âmbito que pretendo discutir, elas objectivam os seguintes tópicos: (a) o relevo adquirido pela etnografia chamada exótica na elaboração de conceitos e categorias analíticas, também essenciais para olhar em moldes diferentes o terreno europeu e a etnografia a partir dele elaborada; (b) a especificidade do referido terreno, como por exemplo, a existência de documentação escrita armazenada em arquivos, obriga a uma adaptação metodológica que, por sua vez, pode estimular o aprofundamento no plano da teoria.

Os exemplos não-ocidentais por mim citados deixam transparecer várias preocupações, algumas igualmente presentes na mente dos europeístas, pelo menos no que respeita o estudo da cultura material.

Nesta especialidade predominou uma orientação global do interesse tendente a valorizar o enquadramento e a sistematização do primitivo na Europa, um esforço concretizado através do isolamento de arcaísmos, na busca da origem e difusão de traços culturais. Com insistência seriam também focados estes parâmetros noutros continentes, cumprindo-se o imperativo epistemológico da comparação — parte constituinte da prática etnológica.

Relembrados estes considerandos de carácter genérico, apercebemo-nos da forma como os problemas apresentados pelos antropólogos envolvidos no terreno não-europeu adquirem no plano da argumentação teórica um alcance que os torna susceptíveis de integração na matéria aqui em apreciação. Em qualquer um dos dois contextos etnográficos mencionados, o investigador analisou os elementos materiais das respectivas culturas, construindo com eles uma leitura determinada dos sistemas sociais ou uma abordagem centrada na essência e no papel do fenómeno económico. Em ambos os casos o equipamento material ao dispor dos membros do grupo social para agir sobre a Natureza, constitui premissa para situar os níveis em que se organizam os processos, tais como o trabalho e a produção, e os mecanismos sociais estruturantes da sociedade em questão, conferindo-lhes o cunho neolítico, arcaico, primitivo.

A transposição crítica de contributos teóricos não se efectuou de forma imediata e directamente reconhecível para os trabalhos discutidos a seguir. Mais que o aproveitamento intencional ou a aplicação deliberada de modelos

nascidos das etnografias exóticas, poder-se-à constatar o sentimento de necessidade de mudança reinante em muitos sectores da comunidade de etnólogos europeístas. Não se tratou de uma consciência clara, derivada dos avanços propostos para debate pelos colegas confrontados com os referidos redutos de resistência ao contacto ocidental.

4. CONFRONTOS & REAPRECIACÕES

4.1. Reler no passado

Desejo por isso regressar ao terreno europeu citando um trabalho, sem dúvida bastante original, mas que provavelmente só teve repercussões no país onde foi elaborado. Trata-se de um pormenorizado estudo sobre o contexto social de utilização do equipamento agrícola na Alemanha oitocentista (Weber-Kellermann 1965).

Em 1865 o filólogo e folclorista Wilhelm Mannhardt (1831-1880) preparou um desenvolvido questionário de 25 perguntas, destinado a coligir informação sobre usos e costumes rurais, norteando-o a ideia de reunir materiais para prosseguir estudos aprofundados acerca da mitologia germânica. Ao todo foram enviados 15.000 exemplares a grandes proprietários, agricultores, autoridades locais, membros do clero e professores colocados em aldeias da Alemanha, mas também da Austria, Hungria, Polónia, Lituânia, Finlândia, Escandinávia, Bélgica, Holanda, Suíça, França e Itália. Ao promotor desta acção seriam devolvidas cerca de 2500 respostas e, baseando-se no seu conteúdo, redigiria nos anos seguintes várias obras.

Volvido um século, I. Weber-Kellermann resolveu visitar este terreno, recheado de um manancial inestimável de dados. Transformou a recolha de campo numa acção de reconstituição etnográfica a partir da biblioteca.

A longa caminhada através dos maços de documentação manuscrita entreabriu à etnóloga um universo rural nas suas múltiplas e pormenorizadas facetas, que nada tinha a ver com a leitura de mitologia comparada, empreendida pelo erudito no século passado. Como as perguntas do questionário privilegiavam os aspectos relacionados com a faina das debulhas, o grosso das respostas permitiu delinear um quadro sincrónico da realidade social rural, através do recurso aos elementos de ordem cultural mencionados pelos inquiridos.

A tarefa consistiu, por conseguinte, no aproveitamento do stock informativo existente para organizar outra leitura, bem distinta da que previra W. Mannhardt. Não interessava comprovar a perpetuação de cultos agrários ancestrais na Europa central oitocentista, mas antes pelo contrário, detectar o quadro de relações sociais subjacente aos usos e costumes confirmados no inquérito.

A ordenação do material numa perspectiva diferente levou à descoberta da diversidade de situações prevalecente num país já parcialmente envolvido no processo de industrialização da agricultura. Ao inverter os dados existentes, a autora esboça um painel demonstrativo da heterogeneidade prevalecente na organização social do trabalho agrícola, patente sobretudo durante as debulhas. Ganham em realce as articulações entre o ritual de trabalho, as festividades e o estatuto dos seus protagonistas no seio da complexa hierarquia social vigente. Os modos de assinalar fases concretas do ciclo de produção agrícola adquirem outra expressividade, se vistos sob a óptica da diversidade das manifestações culturais. Surgem então as contingências do quotidiano, tais como a dimensão da propriedade e os efectivos de mão-de-obra necessários, em detrimento do pretenso ímpeto dos ideais tradicionais evocados.

No domínio da cultura material as conclusões concretas não são de menor alcance. A autora desmonta os mecanismos subjacentes ao emprego de certo tipo de equipamento, nomeadamente a gadanha e a foice. Foi possível detectar uma relação entre os implementos e a divisão do trabalho/tamanho da propriedade. A gadanha predominava no latifúndio, enquanto a foice era a alfaia que melhor respondia à capacidade organizativa do pequeno proprietário.

Se a organização do processo produtivo determinava o tipo de equipamento, o regime de trabalho implicava sociabilidades diferenciadas, resultando daí manifestações de cariz festivo ou relações jocosas específicas.

Esta curta série de exemplos mostra como a cultura emerge numa esfera, envolvida e envolvendo, portanto inseparável, da dinâmica dos grupos sociais.

O interesse da abordagem exposta não residirá tanto no carácter inédito, mas na forma como submete a tratamento o que se tem convencionalmente chamado cultura material. O estabelecimento dos parâmetros materiais em que assentam os processos sociais constitui um elemento decisivo para deixar que transpareçam relações menos visíveis, porque escamoteadas pela acção e pelos interesses dos grupos sociais intervenientes.

Da mesma forma que as etnografias exóticas haviam permitido entreabrir outros horizontes de análise, geradores de estímulos à reflexão, o recuo ao nosso passado pode de igual modo conduzir à relativização dos conceitos forjados no presente.

4.2. Lógicas no passado

Relativamente ao material por mim recolhido sobre o arquipélago da Madeira, pretendi ordená-lo e submetê-lo a tratamento, respeitando um conjunto de considerandos (Branco, 1987). Era necessário repensar o legado deixado pela Etnologia de inspiração histórico-cultural. No caso português é também a esta corrente etnológica que devemos o levantamento das tecnologias tradicionais como atrás ficou expresso. Seria assim possível compreendê-

-la no seu contexto epistemológico, delineando algumas pistas por ela apontadas, mas inexploradas, porque talvez a ultrapassassem programaticamente.

Um tal pressuposto obrigou a avaliar a situação concreta para esboçar os possíveis parâmetros da pesquisa. Como o património científico em questão assenta na elaboração de tipologias baseadas em critérios de forma e função — a essência da comparação —, a área de estudo seleccionada encontrava-se enquadrada. Equacionados estes dados, seria legítimo afirmar que o arquipélago estaria coberto, não existindo em princípio condições para outra investigação orientada para a cultura material.

Por estas razões é necessário sublinhar outros aspectos intrínsecos ao objecto e método etnológicos, a que me venho referindo. Prendem-se fundamentalmente com o destino preferencial do material de estudo, refiro-me à museologia etnográfica.

Na medida em que esta especialidade, na área europeia, cedo chamou a si a tarefa de recolher vestígios materiais servindo de testemunhos do arcaico, do tradicional, do pré-industrial, da cultura popular desaparecida, podemos considerar esgotado o seu objecto. No entanto, não deixou de cumprir os seus propósitos iniciais, porque (a) procedeu à salvaguarda (conservação) de saberes técnicos múltiplos; (b) memorizou de forma sistematizada modos de exploração de recursos, de transformação de materiais ou de produção de bens; (c) actuou, ganhando um público ávido de conhecer um passado muitas vezes idealizado. Estes enunciados traduzem na sua essência uma determinada definição do campo etnológico: o conhecimento do passado quando falham os suportes escritos, ou, a história não escrita das camadas sociais iletradas.

Ao garantir a perpetuação de artefactos em museus, os etnólogos isolaram expressões materiais de cultura dos processos sociais em que eles se haviam inserido. A Sociedade passou a subproduto da Cultura, porque a concentração de acervos temáticos propiciou a comparação formal e estética. O confronto visual induziu a questionar preferencialmente a origem e o âmbito de expansão dos fenómenos ou traços culturais.

As abordagens inspiradas em tais parâmetros prepararam terreno para o estudo da tradição e da sua caracterização como resultante do comportamento psicológico colectivo.

O passado dos povos primitivos contemporâneos e o do campesinato europeu foi esquematizado num eixo tendencialmente redutor no espaço, mas com um efeito de ampliação no tempo. Os processos sociais ficaram votados ao esquecimento, ou mesmo excluídos da preocupação científica, alegando-se inúmeras vezes a falta de materiais consistentes.

A minha tarefa consistiu em contrariar este quadro analítico. Aquilo que numa primeira etapa da investigação se afigurava como pouco susceptível de tratamento dada a precaridade (aparente) das fontes (escritas) e dos testemunhos (cultura material recolhida), em fases posteriores da pesquisa permitiu inserir os diversos artefactos em contextos concretos da dinâ-

mica social. Por seu intermédio emergiria uma lógica determinada e específica, porque só perceptível se apreendida no conjunto das relações sociais.

No plano da aproximação ao terreno, haveria que transpôr o trabalho de campo dito clássico para o nível da reconstituição possível, viabilizada pela documentação existente. Esta estratégia de pesquisa obrigou a fazer uma viagem para o passado, e onde, de início, a geografia do arquipélago parecia estabelecer a única ponte com o presente.

A opção tomada implicou renunciar a esse presente, pelo menos em termos de preocupação imediata. Afigurou-se-me mais pertinente explorar vias menos conhecidas, a fim de não repetir em relação à Madeira um modelo (de *estudo de caso*, ou de *comunidade*) já sobejamente aplicado em outras sociedades ou contextos camponeses. Conjuguar a informação qualitativa passível de ser obtida nos arquivos, e confrontá-la com o levantamento de tecnologias tradicionais anteriormente realizado, iria permitir o tratamento preferencial de cultura material, mas em simultâneo a definição de todo o arquipélago como a escala razoável para a delimitação da unidade de análise. Só esta dimensão podia vir a garantir uma perspectiva suficientemente ampla para obter no plano conclusivo elementos seguros, que possibilitassem uma comparação dos modelos de aplicação de recursos numa mesma época.

Nas suas pesquisas, os antropólogos têm descurado este tema, uma vez que as preferências vêm incidindo fortemente nas questões ligadas à propriedade, ao parentesco ou à transmissão de bens. Os resultados obtidos fazem despontar para a luz do dia lógicas sociais, mas raramente os elementos inerentes à manipulação dos factores de ordem técnica são analisados como componentes essenciais para a compreensão dessas mesmas lógicas.

Estabelecida e explicitada a unidade de análise, resta sintetizar os motivos que me levaram a olhar, a focar e a desmontar a globalidade a partir de um sector — o campesinato. Quatro razões justificam o acento posto neste grupo social: (a) trata-se da maioria da população insular; (b) na qualidade de produtores directos detêm um papel fundamental no âmbito de toda a sociedade; (c) constituem o ponto fulcral na determinação duma lógica técnica lida através das relações sociais; (d) a manutenção do universo camponês como objecto central do estudo significa, por conseguinte, desenvolver e aprofundar a temática abrangente tradicionalmente preferida pela Etnologia Europeia.

Formular um enunciado nos termos das alíneas anteriores implica um aproveitamento crítico do saber acumulado disponível.

5. CONCLUINDO: VIAS POSSÍVEIS DA CULTURA MATERIAL

O esboço apresentado deixou clara a existência de inúmeras vertentes e de sensibilidades várias nos modos e possibilidades de encarar e abordar a cultura

material. A principal ideia a reter, é a da plasticidade de contornos, sempre que se pretende estabelecer os seus limites como objecto de estudo. Os elementos de vida material são indissociáveis dos restantes aspectos da realidade.

Através de exemplos elucidativos extraídos da produção etnográfica europeísta, tentei no segundo ponto mostrar a multiplicidade nas abordagens e nos enfoques realizados. Sobressaiem as correntes inspiradas na Etnologia histórico-cultural como as que maior atenção concederam à exploração de vertentes relacionadas com a vida material: desde pesquisas sistemáticas dos processos técnicos, ao seu estudo à luz da dinâmica social ou das ligações com manifestações de ordem cultural, até à síntese de conhecimentos adquiridos, por meio da comparação intercultural.

O relance sobre a Península Ibérica demonstrou ter predominado o discurso etnográfico alinhado nas preocupações dessa mesma Etnologia histórico-cultural.

Esta constatação pouco nos deve surpreender, uma vez que num plano europeu esta corrente adquiriu considerável influência. Outras escolas, nomeadamente no caso da França (cf. Haudricourt 1988; Parain 1979; Bonte 1986; Lemonnier 1983; et al.), não conseguiram ganhar tantos seguidores nos outros países europeus.

As décadas de 60 e 70 proporcionam uma abertura — ou talvez mesmo uma ruptura? — do discurso etnográfico europeísta predominante a outras correntes, como a Antropologia britânica e a norte-americana. Mas também não poderá ser esquecida na transformação verificada, o esforço empreendido para repensar o papel da disciplina, quer no conjunto das ciências da Sociedade, quer na definição de novos temas para pesquisa ou na reelaboração de conceitos. Afigura-se-me interessante e pertinente aprofundar a discussão sobre as influências mutuamente exercidas entre antropólogos dedicados ao terreno europeu e os envolvidos noutras áreas do mundo. As etnografias ditas exóticas fomentaram a variedade nos europeístas.

A pretensa precaridade ou a relativa abundância dos recursos ao alcance duma sociedade dão origem a quadros de vida material diversificados e heterogéneos no plano dos sistemas sociais que a geram. O estímulo desencadeado por este debate teórico colocou o etnólogo em diálogo vivo com disciplinas afins (cf. Berdahl 1982; Medick & Sabeian 1984; Ehmer & Mitterauer 1986; et al.). Foram emprestadas categorias analíticas, tendo-se recebido em troca, o acesso a terrenos até aí menos privilegiados pelo método antropológico. Redefiniu-se o presente, reequacionando o passado.

Uma curta referência aos museus etnográficos, o espaço institucional historicamente talhado para garantir a vitalidade dos testemunhos materiais. A sua actividade e actuação reproduz não só as condições em que se empreende a produção etnográfica, mas de igual modo o posicionamento institucional da

Etnologia perante os ramos do conhecimento que lhe têm estado mais próximos, do ponto de vista interdisciplinar.

Finalmente há que referir a especificidade do estudo dos artefactos. Ela reflecte, sem dúvida alguma, a existência justificada de um domínio próprio. Contudo, a relativa subalternização a que a maioria dos antropólogos parecem ter condenado a cultura material, não se deve só a questões de moda. Traduz a forma como determinados domínios — o ritual, o mito, a troca, o parentesco, etc. — se consolidaram, com um estatuto de quase autonomia, ou se tornaram predilectos dentro da Antropologia. Contrapôr a este estado de coisas o imperativo de um dever de igual tratamento para a cultura material no seio da teoria antropológica não me parece relevante. A redescoberta e a reintegração de leituras em tornos de artefactos nunca aparecerá como necessária ou decisiva, se permanecer fechada num quadro de acção exclusivamente seu. À abstracção dos outros domínios não podem ser contrapostos os artefactos como testemunhos únicos da realidade material. Eles têm de ser encarados como um dos níveis de produção social, por isso detentores de uma lógica que nos revela aspectos muitas vezes menosprezados quando analisamos e comparamos sociedades. Neste sentido, seria anacrónico encarar o seu estudo, como se de um parente pobre se tratasse. Domínio específico, mas não estanque, a cultura material terá sempre um contributo a dar para o aprofundamento da teoria antropológica.

BIBLIOGRAFIA

- BÁLASSA, I. (1972), *Getreidebau in Ostmitteleuropa.*, Budapeste, Akademiai Kiadó.
- BEAUCAGE, P. (1968), *Technologie de la pêche au loup-marin sur la côte nord du Saint-Laurent*, L'Homme, 8, 3, p. 96-125.
- BERDAHL, R. M. et al. (1982), *Klassen und Kultur. Sozialanthropologische Perspektiven in der Geschichtsschreibung*, Frankfurt, Syndikat.
- BONTE, P. (1986), *Les recherches ethnologiques sur les techniques en France après A. Leroi-Gourhan*, La Pensée, nº 254, p. 37-47.
- BRANCO, J. F. (1986), *Cultura como ciência? Da consolidação do discurso antropológico à institucionalização da disciplina*, *Ler História*, 8, p. 75-101.
- BRANCO, J. F. (1986a), *Recensões críticas...*, *Sociologia Ruralis*, 26, 1, p. 102-106.
- BRANCO, J. F. (1987), *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900).*, Lisboa, D. Quixote.
- BROMBERGER, Ch. (1979), *Technologie et analyse sémantique des objects: pour une sémio-technologie*, L'Homme, 19, 1, p. 105-140.
- CARO BAROJA, J. (1983), *Tecnología popular española.*, Madrid, Editora Nacional.
- CUISINIER, J. & SEGALLEN, M. (1986), *Ethnologie de la France.*, Paris, PUF.

- DELAMARRE, Mariel J. B. (1970), *Le Berger dans la France des villages*, Paris, CNRS.
- DELAMARRE, Mariel, J. B. (1982), *Technique et outillage agricoles pré-industriels en Aubrac. Analyse des opérations*, L'Aubrac, vol. VI, 2, p. 25-151.
- DELAMARRE, Mariel, J. B. (1985), *La vie agricole et pastorale dans le monde*, Paris, J. Cuénot.
- DIAS, A. J. (1948), *Os Arados portuguesas e as suas prováveis origens.*, Coimbra, IAC.
- DIGARD, J.-P. (1979), *La technologie en anthropologie: fin de parcours ou nouveau souffle?*, L'Homme, 19, 1, p. 73-104.
- EHMER, J. & MITTERAUER, M. (1986), *Familienstruktur und Arbeitsorganisation in laendlichen Gesellschaften.*, Viena, Boehlau.
- FÉL, E. & HOFER, T. (1969), *Proper Peasants. Traditional Life in a Hungarian Village.*, Chicago, Viking Fund Publications in Anthropology, 46.
- FÉL, E. & HOFER, T. (1972), *Bauerliche Denkweise in Wirtschaft und Haushalt.*, Goettingen, O. Schwarz.
- FÉL, E. & HOFER, T. (1974), *Geraete der Atanyer Bauern.*, Budapest, Akademiai Kiadó.
- FENTON, A., PODOLÁK, J. & RASMUSSEN, H. (1973), *Land Transport in Europe.*, Copenhagen, Studies in Folklife, 4.
- FOELDES, L. (1969), *Viehwirtschaft und Hirtenkultur.*, Ethnographische Studien, Budapest, Akademiai Kiadó.
- GALHANO, F. (1961-62), *Cestaria de Entre Douro e Minho. Contribuição para o estudo da cestaria portuguesa.*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 18, 3-4, p. 257-325.
- GAST, M. & SIGAUT, F. (1979), *Les techniques de conservation des grains à long terme. Leur rôle dans la dynamique des systèmes de cultures et des sociétés, I*, Paris, CNRS.
- GAST, M. & SIGAUT, F. (1981), *Les techniques de conservation des grains à long terme. Leur rôle dans la dynamique des systèmes de cultures et des sociétés, II*, Paris, CNRS.
- GAST, M. SIGAUT, F. & BEUTLER, C. (1985), *Les techniques de conservation à long terme. Leur rôle dans la dynamique des systèmes de cultures et des sociétés, III*, Paris, CNRS.
- GEISTDOERFER, A. (1986), *Pêcheurs acadiens, pêcheurs madelinots. Ethnologie d'une communauté de pêcheurs*, Paris, Presses du CNRS.
- GODELIER, M. & GARANGER, J. (1973), *Outils de pierre, outils d'acier chez les Baruya de Nouvelle Guinée. Quelques données ethnographiques et quantitatives*, L'Homme, 13, 3, p. 187-220.
- GUNDA, B. (1986), *The Fishing Culture of the World. Studies in Ethnology, Cultural Ecology and Folklore.*, Budapest, Akademiai Kiadó.
- HAUDRICOURT, A.-G. (1988), *La technologie, science humaine.*, Paris, Ed. MSH.
- HAUDRICOURT, A.-G. & DELAMARRE, M. J. B. (1955), *L'Homme et la charrue à travers le monde.*, Paris, Gallimard.
- JACOBET, W. (1961), *Schafhaltung und Schaefer in Zentraleuropa, bis zum Beginn des 20. Jahrhunderts*, Berlin: Akademie — Verlag.
- JACOBET, J. & KRAMARIK, J. (1969), *Rinderanspannung Narodopisny Vestnik*

Ceskoslovensky, III-IV.

- KEDDIE, N. R. (1984), *Material Culture and geography: Toward a holistic comparative History of the Middle East.*, *Comparative Studies in Society and History*, 26, 4, p. 704-735.
- KUONI, B. (1981), *Cestaria tradicional Ibérica.*, Barcelona, Serbal.
- LEMMONIER, P. (1983), *L'étude des systèmes techniques, une urgence en technologie culturelle.*, *Techniques & Culture*, 1, p. 11-34.
- LESER, P. (1931), *Entstehung und Verbreitung des Pfluges Muenster*, Aschendorff.
- LIZOT, J. (1984), *Les Yanomani centraux.*, Paris, EHESS.
- MEDICK, H. & SABEAN, D. (1984), *Interest and Emotion.*, Londres, Cambridge University Press.
- NOTEBAART, J. (1972), *Windmuehlen. Der Stand der Forschung ueber Vorkommen und den Ursprung.*, Paris/Haia, Mouton.
- OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. & PEREIRA, B. (1983), *Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de moagem.*, Lisboa, INIC.
- PARAIN, Ch. (1979), *Outils, ethnies et développement historique.*, Paris, Ed. Sociales.
- PARVAUX, S. (1968), *La céramique populaire du Haut-Alentejo.*, Paris, PUF.
- PINGAUD, M.-C. (1978), *Paysans de Bourgogne. Les gens de Minot.*, Paris, Flammarion.
- RAVIS-GIORDANI, G. (1985), *Bergers corses.* Aix-en-Provence: Edisud.
- SEIGNOBOS, Ch. & PELTRE-WURTZ, J. (1984), *Les instruments aratoires en Afrique tropicale. La fonction et le signe.*, Paris, Ed. ORSTOM, Cahiers ORSTOM, série Sciences Humaines, 20, 3-4.
- SZABÓ, M. (1970), *Herdar och huisdjur.*, Estocolmo, Nordiska museets Hanlingar, 73.
- TARDIEU, S. (1976), *Le mobilier rural traditionnel français.*, Paris, Flammarion.
- VERDIER, I. (1983), *Façons de dire, façons de faire, la laveuse, la couturière, la cuisinière.*, Paris, Gallimard.
- VILKUNA, K. (1971), *Die Pfluggeraete Finnlands* *Studia Fennica*, 16, p. 7-178.
- VILKUNA, K. (1975), *Unternehmen Lachsfang* *Studia Fennica*, 19, WEBER-KELLER-MANN, I. (1965) *Ertebrauch im 19. Jahrhundert, aufgrund der Mannhardt-Befragung.* Goettingen, Elwert.
- ZONABEND, F. (1980), *La mémoire longue: temps et histoire au village.*, Paris, PUF.

DEBATE

Augusto Santos Silva: Vamos abrir um período de cerca de 60 minutos de debate sobre este tema. Penso que a sistematização inicial que o Jorge Freitas Branco fez do que, podemos dizer, constitui a tradição dos estudos antropológicos da cultura material é extremamente útil para situar o quadro do problema, assim como as suas considerações finais, problematizantes, constituem um bom ponto de partida para a discussão.

Da minha parte, só gostaria de explicitar duas vias que podem servir de linhas condutoras da discussão e que podem prender o interesse dos presentes; para lá, claro, da ideia central deixada pela exposição inicial e que é ideia de que hoje em dia o estudo da cultura material é, ele próprio, um processo de análise social. Quer dizer, a tecnologia, as bases materiais da vida quotidiana, os meios de produção, ou qualquer outra terminologia que queiramos utilizar não são analisáveis independentemente dos modos de estruturação social e das práticas sociais no quadro dos quais ganham sentido e utilidade.

A primeira questão que queria, então, colocar diz respeito aos fundamentos teórico-disciplinares do estudo das bases materiais da vida quotidiana. Parece-me que sobre a tradição acumulada de estudos portugueses sobre este objecto pesa excessivamente a abordagem etnográfica, no sentido mais restrito; pesa a redução do âmbito analítico à identificação, enumeração e classificação de objectos e funções. Ora bem; quais são as perspectivas que se abrem hoje para o estudo problematizante, relacional, das dimensões materiais da cultura humana?

Em segundo lugar, uma questão que foi já focada e talvez valesse a pena desenvolver mais neste debate, é a que liga o plano da análise especificamente antropológica ou, se quiserem, a pesquisa fundamental e o plano das acções pela salvaguarda e conservação das dimensões materiais e dos artefactos que constituem para nós um património cultural herdado, que tentamos promover. Assim, poderíamos fazer a ponte entre a análise antropológica e o plano da Museologia.

Manuel Carlos Silva: Gostaria de colocar ao Jorge Freitas Branco e eventualmente ao Joaquim Pais de Brito a seguinte questão:

Como se conciliam o facto de Jorge Dias ter feito um excelente trabalho de recolha e levantamento de objectos da cultura material nomeadamente dos arados e não ter lido nessa cultura material os aspectos de desigualdade na

organização social, vendo esta exclusiva ou prevalentemente numa base funcionalista do protótipo comunitarista?

Joaquim Pais de Brito: O Jorge Freitas Branco fez uma observação que eu gostaria de desenvolver: é este vínculo do estudo da cultura material com o próprio aparecimento e desenvolvimento dos museus. Eu queria desenvolvê-lo neste sentido — no fundo nem é bem uma pergunta, é uma questão — até que ponto não se criam constrangimentos ou determinismos, que diria quase ecológicos, na relação do museu como a casa das coisas e o estudo da cultura material; e entre a Universidade como a casa apenas dos objectos que nunca atingem mais que duas dimensões, do escrito, da folha do computador, do ecran, eventualmente da foto, ou da imagem do filme, com uma reflexão problematizante que tem de passar pelas duas dimensões do texto. E de certo modo, digamos, este espaço de reprodução da disciplina e das áreas da especialidade e estas condições de reprodução determinam separações, claramente dicotómicas, entre linhas de pesquisa. Essa vinculação de facto do estudo da cultura material à casa das coisas determina ecologicamente a relevância do objecto. Por outro lado, o espaço universitário não permite a manipulação, a existência de contacto com as coisas. No fundo, levantava a velha questão da viabilidade daquilo com que todos nós sonhamos, num momento ou noutro: grandes instituições de investigação onde se produza investigação, se reproduza o ensino, enfim, onde tudo isso funcionasse. A outra questão que queria colocar relaciona-se com a observação do A. Santos Silva acerca do que parece ser uma certa pobreza teórica em relação ao estudo da cultura material. Penso que, de novo, aqui temos de relativizar. De certo modo, há um objectivo em si mesmo e uma auto-suficiência no estudo da cultura material.

Ele pode vir a ser um estudo das relações sociais, ou pretexto para um estudo de relações sociais, de relações no sentido amplo; mas a verdade é que ele começa logo por ser — e já é algo notável que possa sê-lo — um estudo que passa pelas formas, que passa pelas morfologias, pelas tipologias, um estudo tecnológico, e pontualmente situado, remetido para a sua contextualização social.

Ora, acontece que também aqui parece haver uma presença muito forte (e de novo tem muito paralelo com a questão que levantei anteriormente) desse constrangimento do objecto. Aliás, há uma inércia dos objectos. E estou convencido de que seja a rasteira, a armadilha que de certo modo se apresenta ao investigador na área da cultura material, em relação a eventuais pobreza, ou poucos desenvolvimentos teóricos. Tomemos o moínho; é evidente que há vários tipos de moínhos, é evidente que há incidências de transformações, por exemplo, tecnológicas no moínho, que, portanto, são portadores de historicidade; mas a verdade é que têm uma grande opacidade, pela sua inércia ou permanência. A própria forma como se organizam tende a fixar, a estabelecer

— os arqueólogos sabem-no muito bem, os etnólogos sabem-no bem — a persistência de formas com a mesma funcionalidade, ao longo dos séculos e milénios, por vezes.

Portanto, essa inércia do objecto, das tecnologias, essa espessura e uma certa opacidade, é evidente que não retiram historicidade, de forma alguma separam os objectos das relações sociais; mas, de certo modo, considerando-os em si mesmos e sempre num tempo longo, nunca se datam, nunca são remetidos para um contexto social concreto. As relações sociais vão variando e passam pelo mesmo moinho: houve senhores e camponeses, e numa fase houve uma comunidade livre com o mesmo moinho naquela colina, aquele moinho pôde ser testemunha, tal como é duma comunidade livre, duma comunidade com senhores, duma comunidade a pagar grandes fatias, até pôde ter sido um moinho banal que o senhor a certa altura entregou, pura e simplesmente aos camponeses libertando-os do pagamento dos direitos que tinha. Há uma inércia, uma certa opacidade, dessa permanência do objecto que de certa maneira é ratoeira para o estudo teórico.

É evidente que já não há justificação para o caso de Jorge Dias em Rio de Onor. *Rio de Onor* participa dessa difícil organização das monografias por capítulos separados, de certo modo estanques, muitos deles sem serem postos em interrelação, onde alguns, muito bons nessa dimensão específica de estudo da cultura material, acabam por não ser para outros de análise social. No entanto — e é interessante a paradoxal honestidade de Jorge Dias — são referidas informações claras, precisas, em que a cultura material está em jogo; só que não foram valorizados por Jorge Dias. Os camponeses de Rio de Onor consideram uma verdadeira revolução tecnológica esta passagem, tão simples e tão elementar, da foice de pique (serrilhada) dos anos 40 à foice de corte, à foice de gume liso. Isso é referido por Jorge Dias, a importância social dada a esta inovação posta ao lado de uma inovação como a passagem do avião e do homem que o inventou, por exemplo. A verdadeira libertação do corpo, ao nível do esforço muscular, com a passagem dessa tracção, por um lado, para a pancada pelo corte. Mas são de facto coisas pontuais, é de facto como o Manuel Carlos Silva disse, há um divórcio, um desligamento da análise, talvez por causa desse constrangimento dos objectos, que de certo modo se impõem a si mesmos, constroem-se em armadilha.

José Manuel Sobral: A reflexão que o Joaquim Pais de Brito estava a fazer motivou-me para falar, um pouco, das questões de interdisciplinaridade, e de que são efectivamente as disciplinas. Eu estou muito de acordo com o que ele disse sobre o peso e a inércia própria dos objectos. Simplesmente, os objectos de que estamos a falar são os de que tradicionalmente se ocupa a antropologia, os das sociedades camponesas, sociedades pré-industriais. Se pensarmos no mundo urbano, nessas tecnologias que são, por exemplo, as da escrita, que até estiveram inertes e tiveram importantes implicações, como mostra Jack Goody,

nos últimos milénios; e pensarmos nas transformações que elas estão a sofrer, neste momento; e se pensarmos, já não na antropologia ligada a sociedades rurais, mas numa antropologia enquanto ciência social, ligada à história ou numa história ligada à organização das relações sociais de produção e às transformações que a indústria registou desde o século XIX — eu diria que nós, por vezes, é que temos muita dificuldade em adaptar-nos e adaptar o nosso raciocínio à extrema velocidade com que os objectos mudam e com que mudam a maneira do nosso ser. Pelo menos é uma coisa que me faz pensar, sobretudo, evidentemente, com o impacto das chamadas novas tecnologias, o impacto dos computadores, dos processadores de texto, etc. Este tipo de objecto ocorre à ideia, a nós antropólogos ou historiadores, como parte da cultura material.

Henrique Gomes de Araújo: Se há realmente aparelhos como os computadores que evoluem rapidamente, há, por outro lado, instrumentos como os arados que parecem ter um tempo congelado, a inércia de que se falava antes. Mas eu não ia acrescentar nada de novo a não ser que gostei muito da parte final da intervenção de Freitas Branco, a questão final sobre os anos 60 e a mudança da visão da cultura material. Pessoalmente entendo muito bem o estudo da cultura material e o estudo das tradições do passado, porque esses objectos transportam um tempo social congelado, feito de inércia e opacidade; mas tenho dificuldade em ver como a cultura material possa permitir o estudo da transformação das relações sociais, essa outra visão a partir dos anos 60. Enquanto penso nesta dificuldade, pergunto a mim próprio se o antropólogo americano Hall não terá certa razão, ao considerar que os objectos de cultura material são projecções de funções fisiológicas, e daí essa tal inércia e essa tal ligação da cultura à biologia.

Jorge Freitas Branco: Eu vou tentar seguir o mais fielmente possível as questões aqui levantadas.

Há uma pergunta que é do M. Carlos Silva que, no fundo, é uma pergunta bastante concreta. Eis a minha opinião pessoal. Penso que o Jorge Dias, em toda a sua trajectória profissional de antropólogo, tentou conciliar duas vertentes fundamentais dos seus interesses pessoais, o seu posicionamento em antropologia, a sua forma de estar no mundo. Em termos profissionais, uma vertente é o interesse pela Etnologia histórico-cultural. Eis uma primeira fase da sua actividade, que coincide com o estudo dos arados, como o levantamento e as cartas de distribuição (depois continuado pelo Centro de Estudos da Etnologia). Ele adere a uma vertente muito importante do discurso antropológico, que é justamente essa vertente histórico-cultural. E convém salientar uma coisa para compreendermos em termos de contextualização histórica da pessoa, da obra e das correntes em que se insere. A escola histórico-cultural vem dos finais do século passado, na viragem para o século XX, e no fundo o seu programa não é uma teoria para a antropologia, mas sim tentar um diálogo

com as teorias da história em finais do século XIX. Tenta-se um matrimónio entre a etnologia, ou algumas vertentes da etnologia emergente, e as correntes predominantes da História, sobretudo no sentido de uma divisão de tarefas. A História ficava com a história dita eurudita, dos documentos, e seria sempre uma história do Ocidente, tirando uma ou duas excepções que são muito ambíguas, que são as chamadas grandes civilizações, por exemplo a China (porque também não podemos pôr a China ao nível dos povos primitivos, mas também não na tradição Ocidental), ou as chamadas grandes civilizações da América Central (que também colocavam uma questão complicada, não exigiam bem etnologia mas também não eram a nossa história). Mas nesta divisão, a vertente histórico-cultural na antropologia estabelece um programa muito simples e muito curto: a nossa função, a contribuição da etnologia para o conhecimento do homem em geral, é tentar reconstituir a história dos povos não letrados. Quando eu digo isto assim e escolho estes termos, parece que é um programa extraordinariamente moderno: nós vamos agora aí a uma livraria qualquer e encontramos três ou quatro títulos de autores de renome mundial, com temas que estão muito em voga, onde aparece a questão do letrado e não letrado. Esta questão é antiga, evidentemente, os termos em que é colocada hoje é que são novos.

Os levantamentos de Jorge Dias, no fundo, serviam para que a etnologia contribuisse (isto é importante naqueles anos 40 e 50) através dos vestígios materiais (que seria a sua especialidade, o que ele em determinada altura chama «a herança social do povo português», nós diríamos hoje, das camadas subalternas da população) para a história geral de Portugal. E é por isso que ele, nos seus levantamentos, nomeadamente sobre os arados (cuja parte empírica é muito interessante) faz a descrição, a distribuição e elabora uma tipologia; mas vamos ao capítulo da introdução e ao capítulo final e vemos que são puramente especulativas. Quando ele diz que provavelmente um tipo determinado de arado do Norte tem a ver com influências germânicas e um outro do Sul com influências árabes, isso já é especulação, mas isso era o programa da etnologia histórico-cultural: contribuir para o conhecimento do passado, da História dos Povos.

Quanto ao posicionamento filosófico, também em relação ao Jorge Dias — e não só a Jorge Dias, são os grandes expoentes na etnologia da Europa dessas décadas — evidentemente que para ele a cultura, primeiro que tudo, está acima da sociedade; esta é uma consequência da cultura e não o contrário; mas também não existe uma relação dialéctica entre uma e outra. Portanto as relações sociais inserem-se na cultura; segundo, ele olha a cultura através do indivíduo e não através da sociedade, por esse mesmo motivo.

A questão levantada pelo Joaquim Pais de Brito não se põe só entre nós. É um debate em que participa qualquer colega nosso dentro e fora de fronteiras. Globalizando, e arriscando uma visão pessoal, eu tento equacionar esse

problema da seguinte forma: por questões que têm a ver com a história e a evolução das instituições de produção de ideias no Ocidente, se assim quisermos, de uma forma geral num âmbito de uma distribuição de tarefas que agora será muito difícil contrariar, a Universidade assumiu o papel de controle de produção das ideias, os museus assumiram o papel do controle da reprodução das coisas. Por isso, é muito difícil conjugar as coisas com as ideias; é isso que provoca o atrito, os desencontros, os desfazamentos entre a Universidade (que trabalha aparentemente, com as ideias, com o abstrato) e as coisas que estão nos museus. Isso explica em parte por que o museu não pode sair de si, embora existam muitas tentativas e experiências; e quando o museu sai de si nunca sai para a Universidade. Mas também a Universidade não consegue entrar no museu. Porquê? A Universidade tem a capacidade de produzir, de reproduzir constantemente ideias sobre situações novas ou já conhecidas; mas a Universidade não conhece as coisas, essas coisas estão escondidas nos museus; e vice-versa, a Universidade não mostra à instituição/museu as ideias. É uma relação muito específica; encontramos-la desde a viragem do século.

Quanto ao problema que o José Manuel Sobral levanta, eu queria ressaltar, um ponto. Por uma questão de âmbito organizativo e também de uma proximidade cultural imediata de todos nós aqui, eu escolhi propositadamente os dados da cultura material no contexto Europeu. É lógico que o estudo da cultura material no contexto Europeu incide sobre as sociedades camponesas e não sobre as urbanas. Uma reflexão neste âmbito, em torno da investigação antropológica em contextos geográficos fora da Europa é bastante diferente. Um elemento que há pouco referi só superficialmente, mas que penso ter sido muito interessante é a influência que as investigações em torno da cultura material dos povos ditos primitivos têm sobre os antropólogos que se interessam pelas bases materiais dos sistemas sociais e que trabalham sobre a Europa. Ela é muito maior do que pode parecer. É por isso que hoje a antropologia fora da Europa ainda se pode dar ao luxo (entre aspas) de intitular um projecto, quando se pede um financiamento a uma instituição e quando esse projecto tem a ver com a cultura material fora da Europa: Norte de África, Nova Guiné, Austrália Central (no domínio da América do Sul e na América do Norte, claro, que tem de ser arqueologia) como sendo de cultura material. Tem estatuto de interesse. Agora uma temática idêntica, em termos teóricos, a fazer em terreno europeu não pode ter esse nome. Evidentemente, a nossa projecção europeia do que está fora da Europa é a seguinte: nós, por estímulo da busca da diferença ou da projecção no exótico, achamos que os cestos ou tapetes que a população camponesa dos países da América Central ou do Sul produz diariamente, muitas vezes, para sobreviver e são de péssima qualidade, para vender a um dólar a unidade, isso para nós é cultura material e vamos para lá fazer estudos e tirar conclusões. Em relação à Europa, já não fazemos isso, porque dizemos que já não é tradicional, quando muitas transformações no domínio que implica

a tecnologia na Europa de facto são mais profundas, mas essas nós temos dificuldade em penetrar. Porquê? Pelo nosso mundo de representações mentais. É evidente — isto agora especulando — que provavelmente a introdução de um tractor, numa área como a que o J. M. Sobral está a estudar, tem que ter muitas implicações no relacionamento entre as pessoas; mas isso já não se considera cultura material. Por isso é que eu gostava de dizer que os levantamentos de cultura material como aqui apresentei na senda da orientação histórico-cultural, hoje, na etnologia europeia, são dados como concluídos.

Quanto à questão que o Henrique Araújo levantou, penso que a implicação prática, em termos de impacto social que tem a produção científica, é muitas vezes maior e mais profunda do que nós próprios dentro da Universidade supomos. Há cerca de três semanas alguns colegas nossos queixavam-se de que a Universidade vivia num gueto; eu não creio que seja assim.

O que apareceu em termos de ideias, novas tentativas, novos posicionamentos a partir de finais dos anos 60, provocou uma alteração nos pressupostos epistemológicos do trabalho antropológico, no sentido em que se acabaram distinções como: moderno/tradicional; rural/urbano; cultura erudita/cultura não erudita, e outros dicotómicos mais. Qual foi a influência que teve, digamos, a contestação juvenil ou estudantil? Penso que foram várias, houve várias linhas de actuação, uma delas teve realmente a ver com leituras de ordem teórica que até aí estavam, não proibidas, mas esquecidas na Universidade. O que é que muitos estudantes em finais dos anos 60, nas nossas áreas, descobriram na teoria da ditadura e do proletariado? Em princípio, nada. Mas descobriram uma coisa: no século XIX, havia camadas urbanas de origem rural que, ao abandonarem os campos e chegados à cidade, não tinham transportado as suas tradições rurais para a cidade.

Passado muito pouco tempo começavam a produzir manifestações culturais diferentes na cidade; e a partir daí sim, há a introdução duma noção de dinâmica no conceito de cultura.

Vítor Oliveira Jorge (*Fac. de Letras do Porto*): Como arqueólogo, gostaria de dizer algumas coisas. Até parecia mal, num Colóquio destes, onde um dos temas é o da «cultura material», que os arqueólogos, que nesta Sociedade estão bastante representados, não intervissem. Faço-o também para alargar o debate, embora consciente do risco, porque o tema é complexo, e nós, arqueólogos, não estamos infelizmente tão habituados a dialogar com outros colegas das ciências sociais quanto seria desejável. Penso que a Arqueologia é uma das ciências que está melhor situada para discutir muitos problemas importantes que a todos nos interessam, porque ela se encontra na interface do biológico e do cultural, daquilo que é natural e daquilo que é construído pelo homem. Adentro do grande mundo da Arqueologia, particularmente aqueles que se dedicam à Pré-história estão bem colocados para discutir muitos problemas da cultura, na medida em que trabalham em sociedades relativamente simples ou

em vias de complexificação. Aliás, interessa-lhes um processo capital, que é o da própria constituição da humanidade como espécie e depois todo aquele desenvolvimento que se convencionou chamar «cultura» e que vai até à constituição das sociedades estatais...esta é quanto a mim a problemática fundamental da História e mesmo das ciências humanas, uma vez que todo o resto depende desses «acontecimentos» basilares...A Arqueologia trabalha com dados materiais, e durante muito tempo esses estudos foram estáticos, como o foram também em Etnografia. Os dados das duas disciplinas não eram suficientemente contextualizados, nem desciam a um pormenor suficiente para se poderem articular entre si. Arqueólogos e etnógrafos traziam coisas para os museus, davam-lhes um «contexto de vitrina», e fossilizavam-nas numa perspectiva mais ilustrativa do que criativa de uma realidade, fosse ela actual ou passada. Evidentemente que o passado é um processo em criação, uma realidade conceptual tão presente como outra qualquer. Ora justamente a Arqueologia fundou-se a partir do próprio processo da analogia.

Era impossível ter surgido uma interpretação dos objectos remotos que apareciam na Europa, oriundos da sua pré-história, se artefactos semelhantes não ocorressem nas sociedades «primitivas» com que os europeus começaram a contactar a partir dos sécs. XV e XVI. A analogia etnográfica só se ganha se for feita, não de objecto para objecto (ou de conjunto de objectos para conjunto de objectos), mas entre contextos, mas em que esses contextos adquiram significados que estejam integrados, ou seja, contextos de acções. Aquilo que me parece importante lembrar aqui é que se chegou ultimamente cada vez mais à necessidade de os próprios arqueólogos irem ao campo realizar estudos de carácter tecnológico e etnográfico, porque não encontravam na própria «literatura» etnográfica dados suficientemente detalhados, e sobretudo contextualizados, para lhes permitirem fazer comparações entre a realidade material que observavam e cujo significado dinâmico, social, queriam reconstituir, e os dados que os etnógrafos lhes forneciam, e que na sua maior parte eram do tipo «museográfico», eram dados estáticos e não suficientemente interligados (até porque essa interligação é muito difícil de fazer pelo investigador isolado, que é aquele que tem feito a maior parte da pesquisa em ciências humanas). Evidentemente que numa aldeia, um vaso cerâmico, por exemplo, não está parado, pronto para o investigador o desenhar e o analisar com todo o à-vontade; movimenta-se, porque é um objecto que as pessoas usam, como nós usamos os nossos próprios utensílios correntes. Ora ultimamente têm proliferado estudos sobre a vida dos objectos nas nossa sociedades contemporâneas; que «lixo», por exemplo, uma comunidade produz, porque em larga medida é através do estudo do que uma sociedade deita fora que se pode montar uma análise e interpretação da «cultura material» que tanto interessa à Etnografia como à Arqueologia.

Penso que tudo isto tem também a ver com a unidade de informação que

se considera basicamente pertinente. De início os arqueólogos iam ao campo, retiravam a ganga suja que rodeava os objectos, colocavam-nos numa prateleira e era a sua unidade informativa: o artefacto. A determinada altura aperceberam-se de que aquilo que «deitavam fora» podia ser o mais importante, ou seja, não o objecto em si mas as relações visíveis no terreno entre os objectos, susceptíveis de lhes dar um sentido. Essas observações eram registadas de todos os modos (cortes, plantas, fotos), mas mesmo assim uma grande parte da informação continuava a perder-se, porque dizia respeito não só aos próprios sedimentos, como a relações subtis entre os objectos (aquilo a que Leroi-Gourhan chamava estruturas, e que não tem nada a ver com muros, etc.), difíceis de registar porque podem passar despercebidas a uma análise sumária. Dos objectos passou-se às relações entre eles e depois para uma terceira fase que é entender que todo o espaço, toda a paisagem, é um enorme artefacto, desde os seus aspectos macro (desflorestação inteira de uma região, por ex.), até aos aspectos micro (um negativo de semente que aparece na parede de um vaso cerâmico, e que pode ser um dado paleoecológico útil).

Durante muito tempo a visão estática da realidade que se observava nos objectos etnográficos, verificava-se também na Arqueologia. Entendia-se a realidade como facilmente particionável em unidades discretas; por ex., uma aldeia, uma comunidade perdida na montanha, qualquer coisa que era facilmente limitável e que fornecia um tema «aconchegado» para estudo. Os arqueólogos também arranjaram uma entidade desse tipo; em vez de ser a aldeia dos etnógrafos era a estação arqueológica. Ora, nada existe de mais arbitrário, porque a seu modo, no passado, o homem ocupou como hoje o espaço todo. E o próprio solo, que nos parece inerte, não é ele mesmo uma realidade viva, onde habita toda uma fauna, onde se dão migrações de objectos dentro das camadas, fenómenos de erosão e de acumulação?... É por isso que uma camada arqueológica é uma realidade tão presente como outra qualquer, e temos que a saber «ler» dinamicamente para reconstituirmos o dinamismo do que aconteceu. Quero com isto dizer que a Arqueologia não é uma ciência de coisas mortas, nós também tentamos chegar à vivência humana, só que não interrogamos directamente as pessoas, mas o solo onde suspeitamos que a sua marca, de um modo ou de outro, ficou impressa.

Há pois várias formas de chegar aos problemas que a todos nos interessam, e que são os processos de interacção e evolução social, de reprodução das sociedades, enfim, de toda a problemática das ciências sociais, e uma dessas formas pode ser evidentemente o estudo dos dados da «cultura material» (embora eu também não goste desta expressão). Portanto, penso que para que a Arqueologia e a Etnografia se possam articular a um determinado nível, ao nível da análise de campo mais empírica, e que é necessária, é preciso que se desenvolvam, na linha do que se tem chamado Etno-Arqueologia, estudos que contextualizam rigorosamente os objectos, a sua produção, os actores que nela

intervêm, bem como todo o processo da sua utilização e do seu abandono e destruição, porque a «vida» de um objecto também comporta esta última fase. É importante saber por que se destrói uma coisa, ou porque se conserva, etc. Por outro lado é preciso ter em atenção que as sociedades se projectam numa paisagem e criam um certo tipo de meio-ambiente artificial. Quanto mais evoluídas são, maior é a implantação de estruturas e de transformações operadas na paisagem. Por alguma razão as primeiras grandes sociedades hierarquizadas se traduzem na construção de monumentos desmesurados, implicando a canalização para tal fim de todo um conjunto de meios técnicos e humanos que são desviados de um objectivo «económico», que são «cristalizados» nessa construção. Ora há monumentos que decaem, mas outros que são alvo de um esforço de manutenção e até de engrandecimento (processo de «monumentalização» progressiva), cuja razão subjacente importa estabelecer. Muitas vezes estão ligados evidentemente à tentativa de legitimar uma determinada estratégia social, contribuindo para naturalizar uma realidade que se procura impor.

É toda esta problemática que eu gostava de lançar, de dizer aos nossos colegas da Etnologia — ou mais genericamente da Antropologia cultural — que nós, arqueólogos, temos hoje exactamente a mesma problemática genérica que lhes interessa. Sempre assim aconteceu, aliás (nas entidades teóricas que se foram criando ou utilizando em Arqueologia foram ecoando os vários monumentos ou escolas teóricas da Antropologia cultural), e por alguma razão um arqueólogo como Gordon Childe ainda agora é citado em qualquer obra teórica sobre o conceito de cultura em Antropologia, por exemplo. Essa mútua influência continuou e desenvolveu-se muitíssimo, sendo hoje rico o campo comum da problemática destas ciências. Nós, arqueólogos, temos evidentemente o nosso próprio método de trabalho empírico, mas cada vez estamos mais atentos à importância da aquisição de uma bagagem teórica necessária à articulação e valorização de todos os dados que obtemos. É possível que certos antropólogos façam a trajectória inversa, começando por perspectivas de ordem teórica (se não forem desde o início treinados como tecnólogos, por exemplo), mas apercebendo-se cada vez mais de que elas têm de ser equacionadas no trabalho de terreno e que este não pode aplicar umas generalidades sobre a sociedade, precisa de descer à sua espacialidade, ao carácter físico em que se exprimem as comunidades, às estratégias sociais que estão implícitas no carácter material dos objectos e das estruturas, como dizia o apresentador do tema desta manhã. Quer dizer, é cada vez mais importante estar-se atento ao suporte físico das sociedades, porque é na ordenação e manipulação do espaço que se sustentam, que se naturalizam, se incrementam ou destroem, certas estratégias sociais, afirmações do poder, conflitos, etc. Estamos aqui perante uma forma de linguagem, onde por vezes também se insinua a «voz» de quem não podia ou não pode exprimir-se ao nível da escrita, ao nível do discurso dominante, mas que se revela através desse discurso mudo dos objectos.

É toda esta problemática que eu gostaria de lançar, e desculpem ter sido tão longo.

J.F.B.: Em relação ao estudo científico da cultura material — com a ressalva de que o seu termo de cultura material de facto já não nos serve —, eu penso também que, hoje em dia, na esfera das discussões antropológicas, tanto na Europa como fora da Europa, interessam os aspectos materiais de cultura mais no quadro da aplicação dos recursos, em termos das formas de apreciação da natureza. Isso levanta uma outra questão — eu infelizmente desconheço a tradição teórica da arqueologia mas penso que devo estar bastante próximo — que é o facto de, dentro de determinadas escolas antropológicas do século XX, nomeadamente na Europa continental e na Inglaterra, haver uma fase em que a produção de teoria na antropologia social e na etnologia europeia tem como que um complexo de culpa em relação ao século XIX, porque o século XIX cometeu vários pecados como qualquer século (e ainda bem que cometeu pecados se não não podíamos falar deles). Um desses pecados foi a onda do evolucionismo. E, portanto, tudo o que tinha a ver ou que podia cheirar a uma evolução estava oficialmente banido das instituições oficiais de produção de teorias. Só a partir dos anos 60 é que se pode recomeçar a falar de evolução, e para tal houve uma grande ajuda vinda justamente de colegas norte-americanos que estavam treinados noutra tradição, nomeadamente por a Arqueologia lá pertencer à Antropologia. Era isto que eu gostava de dizer.

De uma forma geral, a nós já não nos interessa o objecto ou o artefacto como tal; talvez seja interessante referir que a questão em torno do artefacto como tal em antropologia causou, nos anos 20, uma polémica muito grande que teve a ver em parte com o conceito de museu, com o conceito de não museu, com o conceito de objecto exótico, com o conceito de transformar o objecto nativo mas antigo em exótico. Houve uma grande «guerra», com os artistas, sobre o que devia predominar na leitura do artefacto, a vertente artística ou a vertente científica. É uma questão que temporariamente se continua a levantar na Europa; penso que a partir dos anos 60, nos Estados Unidos, ficou definitivamente resolvida — e nos Estados Unidos as grandes questões, aparentemente inconciliáveis, resolvem-se ou conciliam-se através dos financiamentos, ou seja, é ponto assente, creio eu, nos meios profissionais americanos, que hoje em dia o artefacto primitivo, ou da própria Sociedade americana mas antiga, esse mesmo artefacto pode e deve estar em dois tipos de instituições museológicas diferentes, para fins e contextos diferentes: um objecto da África Central num museu etnológico tem uma função, é um apoio ao material científico; num museu de arte tribal, é outra coisa, tem outro tratamento, tem outro público. Essa questão na Europa não está ainda definitivamente resolvida.

A sua intervenção suscita uma série de reflexões; no entanto, confesso que estava um bocado alheio a essas questões com as quais se debatem na

Arqueologia. Conhecia algumas delas através de leituras, mas leituras bastante colaterais, e conotava-as bastante com as escolas americanas, onde tradicionalmente há tentativas para manter uma certa unidade, pelo menos institucional.

A visão que eu tenho do arqueólogo na Europa — e que é provavelmente falsa —, é de facto aquele colega, em termos institucionais, que tem outra formação, também muito interessante, que tem as questões, os seus problemas, as suas investigações; agora, uma linha transversal, não a estava a ver assim.

A. S. S.: Lembro que as pessoas podem retomar no último período de tempo questões de sessões anteriores.

Susana de Oliveira Jorge (*Faculdade de Letras do Porto*): Eu vou ser muito rápida até porque o Víto abordou questões que eu pensava levantar a propósito da comunicação que ouvimos. Estimulou-me, sobretudo, a intervir a observação do Pais de Brito, quando ele afirmou, aliás, manifestando uma preocupação que também é partilhada pelos arqueólogos, que a «cultura material» pode ser opaca... Bom, se ela fosse verdadeiramente opaca, se dela não se conseguisse extrair absolutamente nada do ponto de vista dos processos sociais, talvez os arqueólogos devessem renunciar à sua actividade. Penso que toda a história da pesquisa arqueológica ao longo deste século e, sobretudo, a partir dos anos 60, tem vindo a provar que existem mecanismos que possibilitam retirar ilações de ordem cultural a partir dos testemunhos materiais. A propósito, gostaria de lembrar que a «cultura material», até aos anos 60, foi considerada, por muitos investigadores, como sinónimo de «cultura» (em termos antropológicos). Ou seja, tendia-se a pensar que a recorrência dum conjunto padronizado de artefactos numa determinada região decorria duma certa homogeneidade cultural. Foi, sobretudo, nos anos 60 que se perdeu tal noção, de certa forma «inocente», sobre a correspondência linear entre os testemunhos arqueológicos e o funcionamento global das sociedades. David Clarke, por exemplo, colocou em causa essa noção, duma forma muito forte, ao afirmar que a «cultura material» não espelhava, em si mesma, o sistema cultural total. Na primeira etapa, essa «cultura material» devia ser abordada autonomamente, aliás, numa linha que vai ao encontro do que o Pais de Brito há pouco sugeriu. Contudo, durante as décadas de 70 e 80, muitas correntes do pensamento arqueológico tentaram superar esta visão reducionista da Arqueologia. A «arqueologia contextual», de que I. Hodder é um dos seus mentores, vem, por exemplo, precisamente sugerir o seguinte: só é possível descodificar os dados arqueológicos se acedermos ao «contexto social» que os produziu. Ou seja, o *sentido* dos vestígios materiais é dado pela especificidade cultural do respectivo contexto social. Neste sentido, artefactos morfologicamente idênticos, desde que produzidos por diferentes contextos culturais, podem expressar sentidos simbólicos relativamente diferentes. Neste âmbito, já não tem hoje

sentido estudar recorrências de artefactos a nível regional, com o objectivo de se definirem «culturas» (no sentido mais amplo do termo).

Para terminar, desejaria lembrar — no âmbito deste Colóquio sobre Antropologia Social — que a arqueologia americana (e inglesa) se encontra toda ela enformada duma metodologia e de objectivos que são, em parte, comuns, à Antropologia. Por exemplo, vários autores têm chamado a atenção para o comportamento de determinadas sociedades pré-históricas agro-pastoris, face a fenómenos de pressão demográfica ou competição inter-comunitária: tendo que avançar para áreas marginais (por vezes relativamente pobres), essas populações, entre outros aspectos, promovem uma utensilagem doméstica extremamente individualizável. A «cultura material», nestes casos, expressa de forma activa, a *identidade* dos grupos que a manipulam. Aqui está uma situação em que é possível estabelecer a *correlação* entre testemunhos materiais e o funcionamento mais global das sociedades. O arqueólogo da Pré-História pretende precisamente atingir essa correlação. Pretende atingir, em última análise, *padrões regulares de comportamento*, em que os diferentes níveis da realidade cultural são analisados em interacção. Pretende também demonstrar que, sob certas condições, o comportamento social poderá gerar «culturas materiais» de natureza similar. De qualquer forma, os vestígios materiais podem ser entendidos como produtos de complexos mecanismos culturais, cuja identificação cabe, sem dúvida, ao pré-historiador realizar.